

LÍNGUA PORTUGUESA**Texto 1**

Em seu relatório com os dez maiores desafios de saúde para 2019, a **Organização Mundial da Saúde** (OMS) incluiu o movimento antivacina. O problema, que vem crescendo nos últimos anos, envolve a mobilização de pessoas e pais que afirmam que as **vacinas** não são seguras nem eficazes. Essas pessoas não se vacinam e nem imunizam seus filhos, o que causa um grande problema de saúde pública e pode colocar em risco a vida de outras pessoas.

Segundo a **OMS**, o boicote à vacina tem várias causas, que variam de indivíduo para indivíduo. Para algumas pessoas, o problema reside na segurança das vacinas, principalmente em decorrência de casos isolados em que um cientista mal intencionado divulgou informações falsas para autopromoção. Outras acreditam que o período entre uma vacina e outra – especialmente no caso das crianças – é muito pequeno e deveria ser mais espaçado. Existem ainda as “teorias da conspiração” que consideram as vacinas como um método de controle populacional utilizado pelos governos.

Qualquer que seja o motivo, as consequências já estão sendo sentidas em todo o mundo, ameaçando reverter décadas de progresso na erradicação de doenças evitáveis e trazendo riscos de vida. Em 17 anos, a vacina contra o sarampo, por exemplo, foi capaz de salvar a vida de 21 milhões de pessoas, diminuindo o número de mortos em 80%.

No entanto, a doença retornou em países que estavam próximos de erradicar a doença. O número de casos globais cresceu em 30% nos últimos anos – e um dos motivos é a hesitação vacinal. Especialistas acreditam que a inclusão do movimento antivacina na lista da OMS evidencia os perigos que ele pode representar à saúde global.

(Marcelo Camargo/Agência Brasil)

- 1 Com base no texto, o movimento antivacina é caracterizado por ser:
- conjunto de reflexões e argumentos com base científica sobre os efeitos nocivos de vacinas.
 - uma mobilização de cientistas e especialistas contrários à vacinação contra doenças infecciosas.
 - uma mobilização de pessoas sem fundamentos científicos contra imunização de doenças contagiosas.
 - uma mobilização de pesquisadores universitários.
 - um movimento popular que não acarreta riscos à saúde global.

- 2 De acordo com o texto, determine a razão principal para o movimento antivacina estar na lista de problemas graves da Organização Mundial da Saúde.
- As consequências do movimento antivacina ainda não são significativas nem preocupantes.
 - Vacinar é um ato individual e não é assunto de saúde pública.
 - O movimento antivacina não é um desafio para a organização mundial de saúde.
 - A imunização não garante a prevenção de doenças contagiosas.
 - A ameaça de retorno de doenças que já foram erradicadas e que trazem riscos de vida para todos.
- 3 Marque a alternativa que pode substituir o conectivo destacado, sem alterar o sentido original do enunciado: “ **No entanto**, a doença retornou ...”
- Portanto
 - Todavia
 - Pois
 - Que
 - Conforme
- 4 No enunciado extraído do último parágrafo... “que ele pode representar à saúde global.” O **pronome ele** refere-se a:
- o número de casos globais
 - perigo
 - um dos motivos
 - movimento antivacina
 - especialista
- 5 Com base no texto, especifique quantos são os motivos que determinam o boicote à vacinação
- quatro
 - apenas um
 - três
 - nenhum especificado no texto
 - dois
- 6 Observe o verbo destacado no excerto retirado do 2º parágrafo: “**Existem** ainda as teorias da conspiração...” aponte a alternativa que pode substituir esse verbo, observando as regras de concordância verbal e de sentido.
- Há ainda as teorias da conspiração.
 - Podem haver ainda as teorias da conspiração.
 - Tem ainda as teorias da conspiração.
 - Ocorre ainda as teorias da conspiração.
 - Deve existir ainda as teorias da conspiração.

Analise a imagem a seguir e responda às questões 7 e 8.



<http://atelierdapinkblue.blogspot.com/2012/09/o-que-diriam-as-propagandas-se.html>

- 7 Indique a alternativa que contém a figura de linguagem que traz, lado a lado, duas ou mais sensações diferentes.
- Perífrase
 - Eufemismo
 - Hipérbole
 - Sinestesia
 - Catacrese
- 8 Marque a opção que traz a figura de linguagem que se caracteriza pela oposição de palavras ou de ideias:
- Metáfora
 - Antítese
 - Metonímia
 - Eufemismo
 - Silepse
- 9 Observe os enunciados abaixo e, em seguida, marque a opção que traz as funções sintáticas dos termos destacados:
- O homem **nervoso** entrou no banco.
 - O homem, **nervoso**, entrou no banco.
- complemento nominal, aposto
 - complemento nominal e predicativo do objeto
 - adjunto adnominal, aposto
 - adjunto adnominal, adjunto adnominal
 - adjunto adnominal, predicativo do sujeito
- 10 Marque a alternativa em que há uma inadequação na colocação pronominal:
- este livro é para mim ler.
 - aqui se estuda.
 - aqui, estuda-se.
 - não me fale asneiras, por favor.
 - Deus te abençoe.

LEGISLAÇÃO

- 11 Certo dia, Maria percebeu que estava saindo fumaça do apartamento de sua vizinha Joana, que mora no mesmo andar, por volta das oito horas da noite. Sabendo que a vizinha poderia estar em casa nesse horário, Maria ligou para o Corpo de Bombeiros e bateu na porta de Joana insistentemente; como não obteve resposta, forçou a porta para abri-la e se deparou com Joana desacordada com a fumaça na sala, que estava vindo da cozinha. Rapidamente, Maria arrastou Joana para o corredor do prédio e eis que os bombeiros chegaram, debelando o princípio do incêndio. Diante dessa situação e à luz do que dispõe a Constituição Federal sobre direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.
- A residência de Joana não é considerada asilo inviolável, porque é apartamento e não é casa.
 - Como a casa é asilo inviolável, mesmo nessa situação, Maria só poderia ter entrado com determinação judicial, porque já era noite.
 - Maria poderia ter entrado mesmo sem determinação judicial, mas só durante o dia.
 - A despeito de a casa ser asilo inviolável, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, Maria estava autorizada pela própria Constituição, pois a situação se encontra nos permissivos que autorizam uma pessoa a entrar na casa de outra pessoa a qualquer hora, mesmo sem consentimento desta, em casos de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro.
 - Mesmo nos casos de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, é necessária autorização do morador para que outra pessoa possa adentrar.
- 12 José estava lendo a Constituição Federal para saber se havia possibilidade de os Estados virem a se tornar Territórios Federais. De sua leitura atenta, descobriu que:
- Não é possível.
 - Sim, é possível, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
 - É possível desde que haja um referendo e autorização da Assembleia Legislativa do referido estado, por meio de lei ordinária.
 - É possível, havendo necessidade apenas de Resolução da Assembleia Legislativa do referido estado, sem previsão de plebiscito ou referendo.
 - É possível apenas com referendo da população diretamente interessada, sem a necessidade de participação do Congresso Nacional.

- 13** De acordo com a Lei 8.666/93, a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, é hipótese de licitação:
- Inexigível
 - Dispensada
 - Dispensável
 - Não autorizada
 - Deserta
- 14** Para os fins da Lei 8.666/93, conceitua-se o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT:
- Produtos para pesquisa e desenvolvimento
 - Projeto básico
 - Empreitada integral
 - Tarefa
 - Projeto Executivo
- 15** Carlos, servidor público lotado numa autarquia federal, é pessoa responsável por realizar licitação na modalidade de pregão para aquisição de bens e serviços comuns; ele sempre informa aos interessados em participar da licitação do que a fase de habilitação consiste na (no):
- Constatação de que o licitante tem garantias de seguro-fiança, títulos da dívida pública, além de declarações emitidas pelas Fazendas Públicas da União, Estado e Município que comprovam sua viabilidade financeira.
 - Comprovação de que o licitante tem R\$ 500.00,00 (quinhentos mil reais) nas contas bancárias, que servirão como uma espécie de caução, além de certidões regulares do FGTS e Seguridade Social, indispensáveis, mesmo que já constem do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf e sistemas semelhantes mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados nele constantes.
 - Verificação de que o licitante está em situação regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e as Fazendas Estaduais e Municipais, quando for o caso, com a comprovação de que atende às exigências do edital quanto à habilitação jurídica e qualificações técnica e econômico-financeira, documentos que podem ser dispensados de apresentação, caso constem do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf e sistemas semelhantes mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados nele constantes.
- d) Declaração de que está regular no FGTS e Seguridade Social, apenas, uma vez que o Pregão é uma modalidade de licitação mais célere e que não necessita de tantas exigências.
- e) Comprovação de que atende às exigências do edital quanto à habilitação jurídica e qualificações técnica e econômico-financeira, sem necessidade de declarações de regularidade com o FGTS e a Seguridade Social.
- 16** Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial. Acerca da delegação, assinale a alternativa correta.
- Só pode ser delegada a decisão de recursos administrativos.
 - Pode ser delegada a edição de atos de caráter normativo.
 - Tanto o ato de delegação como a sua revogação deverão ser publicados no meio oficial.
 - A delegação abrange apenas as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade
 - O ato de delegação é irrevogável.
- 17** Palhares, servidor público federal, lotado numa autarquia, sabe que há uma determinação legal para que em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público. E que essa Comissão tem, por lei, o poder de aplicar nos casos cabíveis a pena de:
- Multa
 - Advertência
 - Demissão
 - Censura
 - Suspensão.

18 Genoveva, servidora pública federal, solteira, sem filhos, está cumprindo estágio probatório no órgão em que foi lotada. Ela também está concluindo seu curso de inglês e decide que, para aprimorar ainda mais seu conhecimento na língua, é melhor passar um ano morando na Inglaterra, mesmo sem estar vinculada a curso algum nesse país, mas não sabe se é possível licenciar-se com esse propósito; pergunta então para José, seu colega também servidor, sobre essa possibilidade. José lhe responde que:

- a) É possível, pois a experiência no exterior poderá ser utilizada para trazer novos conhecimentos para o serviço público e se inclui entre as permissões previstas na Lei 8.112/90 para os servidores públicos em estágio probatório.
- b) Não é possível, pois as licenças e afastamentos previstas na Lei 8.112/90 para servidores em estágio probatório são para poucos casos, como por exemplo, por motivo de doença em pessoa da família, por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro, para o serviço militar e para atividade política bem como afastamento para participar de curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na Administração Pública Federal.
- c) É possível, desde que Genoveva venha a cada três meses ao Brasil apresentar-se no serviço público, tal como prevê a Lei 8.112/90.
- d) Não é possível, pois as únicas licenças e afastamentos previstas na Lei 8.112/90 para servidores em estágio probatório são por motivo de doença em pessoa da família e por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro.
- e) Não é possível, pois, por estar em estágio probatório, Genoveva não tem direito a nenhuma licença ou afastamento.

19 Fernando, brasileiro, que obteve título de Doutor após a conclusão do Doutorado cursado numa universidade pública federal, localizada na região Nordeste do Brasil, está interessado em ingressar no quadro de docentes de alguma Instituição Federal de Ensino - IFE. Caso Fernando logre êxito no concurso a ser realizado com essa finalidade e venha a ser ocupante de cargo efetivo do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, de acordo **com a** Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, o regime de trabalho dar-se-á da seguinte forma:

- a) Sem limite prévio de horas, pois estas serão calculadas mês a mês, levando-se em conta o trabalho realizado na pesquisa, no ensino e na extensão, uma vez que as universidades necessitam de tempo integral dedicado de seus professores e limitar de forma prévia o tempo a ser dedicado traria prejuízos à administração pública.
- b) 60 (sessenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, com dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão

institucional ou tempo parcial de 30 (trinta) horas semanais de trabalho.

- c) 45 (quarenta e cinco) horas semanais de trabalho, em tempo parcial, com dedicação também parcial às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional.
- d) 30 (trinta) horas semanais de trabalho de forma integral, envolvendo a pesquisa, o ensino, a extensão e também atividades administrativas, sem a possibilidade de trabalho em tempo parcial.
- e) 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, com dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional ou tempo parcial de 20 (vinte) horas semanais de trabalho.

20 Clarissa ocupa o cargo de técnico-administrativo numa das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação. Foi questionada por sua colega de trabalho Paola acerca de como se dá o desenvolvimento do servidor no âmbito do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, nas Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, de acordo com o que estabelece a Lei Nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Clarissa respondeu que:

- I - O desenvolvimento do servidor na carreira dar-se-á, exclusivamente, pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante, respectivamente, Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Mérito Profissional.
- II- A progressão por Mérito Profissional é a mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente, a cada 2 (dois) anos de efetivo exercício, desde que o servidor apresente resultado fixado em programa de avaliação de desempenho, observado o respectivo nível de capacitação.
- III- A mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento acarretará mudança de nível de classificação.

Estão corretas as seguintes afirmações:

- a) Apenas I e II
- b) I, II e III
- c) Apenas I
- d) Apenas III
- e) Apenas I e III

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21** O Código de Ética Médica (Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.931 de 2009) aborda o sigilo profissional, diz que é vedado ao médico:
- Revelar sigilo profissional relacionado a paciente menor de idade, exceto a seus pais ou representantes legais, mesmo que o menor tenha ou não capacidade de discernimento.
 - Revelar fato de que tenha conhecimento em virtude do exercício de sua profissão; entretanto, na investigação de suspeita de crime, o médico estará liberado de revelar segredo mesmo que possa expor o paciente a processo penal.
 - Revelar informações confidenciais obtidas quando do exame médico de trabalhadores, exceto por solicitação dos dirigentes de empresas em qualquer situação.
 - Revelar fato de que tenha conhecimento em virtude do exercício de sua profissão, salvo por motivo justo, dever legal ou consentimento, por escrito, do paciente.
 - Fazer referência a casos clínicos identificáveis, exibir pacientes ou seus retratos em anúncios profissionais ou na divulgação de assuntos médicos, em meios de comunicação em geral, exceto quando possuir autorização do paciente.
- 22** Na Lei nº 8.213/1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, equiparam-se também ao acidente do trabalho, para efeitos desta Lei:
- A doença profissional, mas as doenças do trabalho não o são.
 - O acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a morte do segurado, para redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação.
 - O acidente sofrido pelo segurado fora do local e do horário do trabalho, em consequência de ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de trabalho.
 - São considerados acidentes do trabalho os acidentes ocorridos nas viagens a serviço da empresa, exceto quando estas forem viagens para estudo, mesmo quando financiada pela Empresa.
 - Toda e qualquer doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva.
- 23** No Regulamento da Previdência Social (Decreto nº 3.048/1999), no seu Art. 1º, consta a definição de que a Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à:
- Assistência social, ao trabalho e à previdência.
 - Saúde, à previdência e à assistência social.
 - Saúde, à previdência e ao trabalho.
 - Saúde, ao trabalho e à segurança.
 - Saúde, à segurança e à assistência social.
- 24** Em relação a Norma Regulamentadora nº 7 (NR 7) que foi aprovada pela Portaria/MTb nº 3.214/1978 e que trata do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), consideramos correto afirmar que:
- Os dados obtidos nos exames médicos, incluindo avaliação clínica e exames complementares, as conclusões e as medidas aplicadas, deverão ser registrados em prontuário clínico individual, que ficará sob a responsabilidade do médico-coordenador do PCMSO. Estes registros deverão ser mantidos por período mínimo de 30 (trinta) anos após o desligamento do trabalhador.
 - Os tipos de exames médicos ocupacionais previstos no PCMSO são em número de quatro: admissional, periódico, retorno ao trabalho e demissional.
 - Ficam desobrigadas de indicar médico coordenador as empresas de grau de risco 1 e 2, segundo o Quadro 1 da NR 4, com até 50 (cinquenta) empregados e aquelas de grau de risco 3 e 4, segundo o Quadro 1 da NR 4, com até 10 (dez) empregados.
 - A primeira via do ASO ficará arquivada no local de trabalho do trabalhador, inclusive frente de trabalho ou canteiro de obras, à disposição da fiscalização do trabalho.
 - O exame médico demissional será obrigatoriamente realizada em até 10 (dez) dias contados a partir do término do contrato, desde que o último exame médico ocupacional tenha sido realizado há mais de :120 dias para as empresas de grau de risco 1 e 2, e de 80 dias para as empresas de grau de risco 3 e 4, segundo o Quadro I da NR 4.
- 25** A Portaria 204/2016 do Ministério da Saúde define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional. Consta da lista de notificação compulsória com periodicidade de notificação semanal a seguinte doença ou agravo:
- Transtorno mental relacionado ao trabalho.
 - Perda auditiva induzida por ruído (PAIR) relacionada ao trabalho.
 - Acidente de trabalho com exposição a material biológico.
 - Câncer relacionado ao trabalho.
 - Pneumoconiose por sílica.

- 26** A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) possui normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho e trata, em seu Capítulo II-A (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017), da prestação de serviços pelo empregado em regime de teletrabalho. Assim, é correto afirmar que:
- O empregador deverá instruir os empregados, de maneira expressa e ostensiva, quanto às precauções a tomar a fim de evitar doenças e acidentes de trabalho.
 - O comparecimento do empregado às dependências do empregador para a realização de atividades específicas que exijam a sua presença no estabelecimento descaracteriza automaticamente o regime de teletrabalho.
 - Poderá ser realizada a alteração do regime de teletrabalho para o presencial por determinação do empregador, garantido prazo de transição mínimo de trinta dias, com correspondente registro em aditivo contratual.
 - Operário que labora externamente, ou seja, o vendedor externo, o motorista, o trocador, os ajudantes de viagem, dentre outros, que não possuem um local fixo para exercer suas atividades, são teletrabalhadores.
 - Poderá ser realizada a alteração entre regime presencial e de teletrabalho desde que haja mútuo acordo entre as partes, registrado em aditivo contratual. Entretanto esta revisão só poderá ocorrer após um período de 6 (seis) meses do início do contrato.
- 27** A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na sua seção II, que fala da Saúde, afirma que:
- São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente por entidades públicas.
 - A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.
 - As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: I - centralização, com direções variadas em cada esfera de governo; II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; III - não conta com a participação da comunidade.
 - A assistência à saúde é livre à iniciativa privada, não sendo vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.
 - Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei, controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos e imunobiológicos, exceto de hemoderivados e outros insumos.
- 28** Pode ser enquadrado como Pessoa com Deficiência, de acordo com Decreto nº 5.296/2004:
- Deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos vinte e um anos e limitações associadas a três ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer; e trabalho.
 - Deficiência auditiva: perda bilateral, de quarenta e um decibéis (dB), aferida por audiograma nas frequências de 4.000Hz, 6.000Hz e 8.000Hz.
 - Deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, incluindo as deformidades estéticas.
 - Deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica.
 - Deficiência visual: a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,1 e 0,5 no melhor olho, com a melhor correção óptica.
- 29** Trabalhador do setor de construção apresenta quadro compatível com dermatite causada pelo cimento. É correto afirmar que:
- O tempo de contato da massa ou calda de cimento mais a pressão e atrito exercido pelo calçado e/ou vestuário contra o tegumento não são fatores importantes no aparecimento destas lesões causadas pelo cimento.
 - O cimento causa somente dermatoses do tipo alérgico.
 - Cromo e cobalto são os principais responsáveis pelas dermatites alérgicas produzidas pelo cimento.
 - A dermatite pelo cimento resulta, principalmente, da acidez do produto.
 - O pó de cimento é muito irritante, mas quando molhado, torna-se menos irritante.
- 30** Funcionário de setor de manutenção utiliza tinta que tem tolueno como solvente. Para o controle biológico de exposição a esse produto químico, o médico deve solicitar a avaliação laboratorial de:
- Ácido hipúrico, na urina.
 - Ácido hipúrico, no sangue.
 - Ácido metil-hipúrico, no sangue.
 - Carboxi-hemoglobina, no sangue.
 - Ácido metil-hipúrico, na urina.
- 31** Sobre a Norma Regulamentadora 32 e a vacinação ocupacional, podemos afirmar que a todo trabalhador dos serviços de saúde deve ser fornecido, gratuitamente, programa de imunização ativa contra:
- Hepatite B, hepatite A, tétano e difteria.
 - Hepatite B, tétano, difteria e raiva.
 - Hepatite B, hepatite A, difteria e febre amarela.
 - Hepatite A, tétano e SALK.
 - Hepatite B, tétano, difteria e as estabelecidas no PCMSO.

- 32** Sobre as Lesões por Esforços Repetitivos (LER)/ Distúrbios Osteomoleculares Relacionados ao Trabalho (DORT), é correto afirmar:
- A dorsalgia crônica, em especial a lombalgia crônica, em determinados grupos ocupacionais, excluindo as causas não ocupacionais, pode ser classificada no Grupo I de Schilling, já que o trabalho pode ser considerado como causa.
 - As LER/DORT, são um fenômeno unidimensional e monofatorial, sendo sua etiologia claramente identificável e mensurável.
 - As exigências cognitivas não são consideradas como parte dos grupos de fatores de risco das LER.
 - Entende-se LER/DORT como uma síndrome relacionada ao trabalho, caracterizada pela ocorrência de vários sintomas concomitantes ou não, tais como: dor, parestesia, sensação de peso, fadiga, de aparecimento insidioso, geralmente nos membros superiores, mas podendo acometer membros inferiores.
 - A prevenção das LER/DORT depende exclusivamente de medidas isoladas, de correções de mobiliários e equipamentos.
- 33** São consideradas pneumoconioses não fibrinogênicas:
- Estanose, baritose e siderose
 - Siderose, talcose e silicose
 - Causada por poeira mista, asbestose e estanose;
 - Pneumoconiose do trabalhador de carvão, do caulim e asbestose
 - Silicose, berilose e aluminose
- 34** Assinale o achado radiológico de manifestação mais frequente da exposição ao asbesto.
- Consolidação pulmonar com broncograma aéreo
 - Nódulos nos segmentos apicais pulmonares
 - Cavitações em lobos inferiores pulmonares
 - Espessamentos pleurais circunscritos
 - Hipodensidade focal pulmonar com paredes finas
- 35** Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, medicações que podem estar envolvidas com perdas auditivas neurossensoriais e, portanto, devem ser consideradas em uma anamnese audiológica ocupacional.
- Acetaminofen, nimesulida e aminofilina
 - Ácido acetil salicílico, aminoglicosídeos e furosemida
 - Fluconazol, penicilina e dipirona
 - Losartana, clonazepan e fluoxetina
 - Omeprazol, metoclopramida e meperidina
- 36** O conceito de TLV – STEL (Short Time Exposure Limit) é:
- A concentração média ponderada pelo tempo de exposição para a jornada de 8h/dia, 40h/semana, à qual praticamente todos os trabalhadores podem se expor, repetidamente, sem apresentar efeitos nocivos.
 - A concentração na qual os trabalhadores podem se expor, por um curto período, sem apresentar efeitos adversos. O tempo máximo de exposição aos valores do TLV- STEL é de 15 minutos, podendo ocorrer, no máximo, 4 vezes durante a jornada, sendo o intervalo de tempo entre cada ocorrência de, pelo menos, 60 minutos.
 - A concentração máxima permitida que não pode ser ultrapassada, em momento algum, durante a jornada de trabalho. Normalmente é indicada para substâncias de alta toxicidade e baixo limite de exposição.
 - A concentração máxima que nunca deve ser atingida por ser perigosa à saúde.
 - Referem-se às concentrações das substâncias dispersas na atmosfera que representam as condições sob as quais se acredita que quase todos os trabalhadores possam estar expostos, contínua e diariamente, para começar a apresentar efeitos adversos à saúde.
- 37** Assinale a opção que representa, em epidemiologia, o conceito de incidência.
- Definida como a soma de agravos à saúde que atingem uma determinada população.
 - É definida como a frequência de casos existentes de uma determinada doença, em uma determinada população e em um dado momento.
 - Mede a severidade de uma doença e é definida como a proporção de mortes dentre aqueles doentes por uma causa específica em um certo período de tempo.
 - É a frequência de novos casos de uma determinada doença ou problema de saúde num determinado período de tempo, oriundo de uma população sob risco de adoecer no início da observação.
 - É o resultado da divisão entre a ocorrência de doença no grupo exposto pela ocorrência de doença no grupo não exposto.

- 38** Assinale a alternativa que conceitua toxicinética:
- Fase em que as superfícies externa ou interna do organismo entram em contato com o toxicante. Importante considerar nesta fase a via de introdução, a frequência e a duração da exposição, as propriedades físico-químicas, assim como a dose ou a concentração do xenobiótico e a susceptibilidade individual.
 - Compreende a interação entre as moléculas do toxicante e os sítios de ação, específicos ou não, dos órgãos e, conseqüentemente, o aparecimento de desequilíbrio homeostático.
 - Inclui todos os processos envolvidos na relação entre a disponibilidade química e a concentração do fármaco nos diferentes tecidos do organismo. Intervêm nesta fase a absorção, a distribuição, o armazenamento, a biotransformação e a excreção das substâncias químicas. As propriedades físico-químicas dos toxicantes determinam o grau de acesso aos órgãos-alvos, assim como a velocidade de sua eliminação do organismo.
 - Há evidências de sinais e sintomas, ou ainda, alterações patológicas detectáveis mediante provas diagnósticas, caracterizando os efeitos nocivos provocados pela interação do toxicante com o organismo.
 - Nessa etapa, podem ocorrer interações de adição, sinergismo, potenciação e antagonismo entre as substâncias. Essas interações poderão aumentar ou diminuir os efeitos tóxicos.
- 39** Qual o transtorno que se desenvolve devido ao acúmulo de estresse no trabalho, levando a um distúrbio psíquico que se caracteriza pelo esgotamento físico, mental e psíquico do indivíduo.
- Síndrome de Burnout
 - Neurastenia e outros transtornos neuróticos
 - Transtorno Cognitivo Leve
 - Repressão ocupacional
 - Ansiedade personalizada
- 40** Em relação aos gases e vapores asfixiantes, pode-se afirmar que:
- Os asfixiantes simples podem ser exemplificados pelos seguintes gases: cloro, dióxido de carbono e metano.
 - O monóxido de carbono é um exemplo de asfixiante químico.
 - São substâncias químicas que levam o organismo à deficiência ou à privação de oxigênio, sem que haja interferência direta na mecânica da respiração. Podem ser subdivididos em três grupos: simples, químicos ou anestésicos.
 - Os asfixiantes químicos têm por característica: deslocar o oxigênio do ambiente;
 - O risco representado pelas substâncias químicas independe da concentração do produto, da sensibilidade individual e do tempo de exposição.
- 41** Um indivíduo que, durante suas atividades laborais, faz movimentos repetitivos de flexão e extensão, com força e em posição anti-ergonômica, com traumas na base volar do punho e com vibração, iniciou quadro de braquialgia parastésica noturna associada à dor na mão irradiando para antebraço. Assinale a alternativa que informa corretamente qual a condição clínica deste caso e qual a respectiva manobra ou teste que deve ser realizada para sua confirmação diagnóstica.
- Síndrome do desfiladeiro torácico/ Filkenstein
 - Tendinite de Quervain/ Cozen
 - Epicondilite lateral /Jobe
 - Lesão do supraespinhoso / Adson
 - Síndrome do túnel do carpo /Phalen
- 42** A aptidão para trabalho em altura deve ser consignada no atestado de saúde ocupacional, sendo realizados exames conforme a sistemática de avaliação prevista no Programa de Controle Médico De Saúde Ocupacional da Empresa. No que se refere aos exames complementares a serem solicitados pelo Médico do trabalho, é correto afirmar:
- NR 35 não especifica que exames complementares devem ser realizados, os quais devem ser previstos pelo médico coordenador e consignado no PCMSO.
 - É obrigatória a realização de eletroencefalograma, eletrocardiograma e glicemia.
 - É obrigatório apenas eletroencefalograma, sendo os demais exames opcionais.
 - A NR-35 não obriga, mas recomenda a realização de eletroencefalograma a cada 2 anos.
 - Ter avaliação psicossocial, eletroencefalograma, eletrocardiograma e gama-GT complementando o exame médico.
- 43** De acordo com a Portaria nº 1339/99, que estabelece a lista de doenças relacionadas ao trabalho, qual agente ou fator de risco ocupacional pode causar angiossarcoma de fígado?
- Mercúrio e seus compostos tóxicos.
 - Fósforo ou seus compostos tóxicos.
 - Arsênio e seus compostos arsenicais.
 - Sulfeto de Carbono ou Dissulfeto de Carbono.
 - Manganês e seus compostos tóxicos.

- 44** Um quadro clínico de parestesia que evolui com diminuição de força nas extremidades dos membros inferiores até o que classicamente se denomina “anestesia em bota” e paralisia com o “pé caído” relaciona-se:
- À amônia.
 - Ao cromo.
 - Ao zinco.
 - Ao n-hexano.
 - Ao cádmio.
- 45** Richard Schilling, professor de uma escola de medicina em Londres, foi o responsável pela classificação das doenças relacionadas com o trabalho, a qual é utilizada pelo Ministério da Saúde no Brasil. Com relação aos grupos da classificação de Schilling, qual a alternativa correta?
- Schilling III tem o trabalho como sua causa necessária. Exemplo: silicose.
 - Schilling II tem o trabalho como fator de risco contributivo ou adicional, mas não necessário. Exemplos: doença coronariana, varizes dos membros inferiores.
 - Schilling I tem o trabalho como provocador de um distúrbio latente ou agravador de uma doença já estabelecida. Exemplo: diabetes mellitus.
 - Schilling II necessita, para seu estabelecimento, de comprovação mínima de cinco anos de exposição a um determinado risco laboral.
 - Schilling I e II não dependem unicamente do trabalho para sua manifestação
- 46** Sobre as características da Perda Auditiva Induzida pelo Ruído (PAIR), conforme Anexo I da NR 7, é CORRETO afirmar:
- É Neurossensorial, irreversível, geralmente bilateral, e progressiva com o tempo de exposição ao ruído.
 - É sempre neurossensorial, irreversível, assimétrica e unilateral.
 - É sempre condutiva, irreversível, quase sempre simétrica e bilateral.
 - Decorre de fatores ligados ao indivíduo, ao ruído e ao meio ambiente laboral, ocorrendo inicialmente nas frequências mais baixas.
 - Ser condutiva, reversível e bilateral.
- 47** Com relação ao uso de equipamentos de proteção individual (EPI), compete ao empregador:
- Substituir o EPI imediatamente, quando extraviado e encaminhar para restauração quando estiver danificado.
 - Cobrar do empregado a higienização e a manutenção periódica dos equipamentos.
 - Adquirir somente EPI com certificado de aprovação emitido pelo seu serviço de segurança do trabalho.
 - Responsabilizar-se pela guarda e conservação dos equipamentos em uso pelos empregados.
 - Orientar e treinar o trabalhador sobre o uso adequado, guarda e conservação.
- 48** O SESMT de empresas de risco 3, que tenham entre 501 e 1000 empregados, segundo a NR 4, deverá ter a seguinte composição:
- Quatro técnicos de segurança do trabalho, um engenheiro de segurança em tempo integral e um médico do trabalho em tempo integral.
 - Quatro técnicos de segurança do trabalho, um engenheiro de segurança em tempo integral e um médico do trabalho em tempo parcial.
 - Três técnicos de segurança do trabalho, um engenheiro de segurança em tempo parcial e um médico do trabalho em tempo parcial.
 - Dois técnicos de segurança do trabalho, um engenheiro de segurança em tempo parcial e um médico do trabalho em tempo parcial.
 - Três técnicos de segurança do trabalho, um engenheiro de segurança em tempo integral e um médico do trabalho em tempo integral.
- 49** O Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) constitui-se em um documento histórico-laboral do trabalhador que reúne, entre outras informações, dados administrativos, registros ambientais e resultados de monitoração biológica, durante todo o período em que este exerceu suas atividades na respectiva empresa. É correto afirmar sobre o PPP:
- O PPP deve ser preenchido, atualizado e entregue ao trabalhador, em até 30 dias após a rescisão de contrato de trabalho.
 - Uma de suas finalidades é a de comprovar as condições para habilitação de benefícios e serviços previdenciários, em particular, o benefício de aposentadoria especial.
 - As microempresas e as empresas de pequeno porte estão dispensadas da emissão do PPP.
 - O PPP deverá ser emitido com base nas demonstrações ambientais, exigindo como base de dados uma série de documentos, exceto a Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT).
 - PPP é destinado aos servidores celetistas e estatutários.
- 50** Trabalhador portador de LER caracterizado como Espécie 91, na perícia previdenciária e que passou pela reabilitação profissional do INSS, estando atualmente trabalhando como porteiro de prédio. Ele recebe do INSS:
- Nenhum auxílio.
 - Auxílio doença.
 - Auxílio doença acidentário.
 - Auxílio acidente.
 - Aposentadoria acidentária.